

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 68ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

Grupo de Trabalho:	GT-Mananciais da CT-RN e CT-Rural
Reunião:	68ª Reunião
Data:	06/04/2023 – 9h às 12h
Local:	Videoconferência – Google Meet: meet.google.com/azk-faff-mse
Assunto(s) em discussão:	Nesta reunião, foi realizada apresentação sobre manejo de fogo como prática de conservação da natureza e sobre controle de incêndios em projeto de restauração ecológica em área pública dos municípios Americana/SP e Nova Odessa/SP. Foi apresentado informações sobre diagnóstico dos mananciais de Nova Odessa e apresentado os resultados preliminares do Ato Convocatório nº 002/2022 da Agência PCJ.
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da minuta da Memória Técnica da 67ª Reunião, realizada em 02/02/2023; 3. Informes; 4. Apresentação 1: “SIMBiOSE entre a sociedade civil e o poder público para o manejo do fogo em uma área prioritária para a conservação da natureza: O caso do município de Atibaia”; - Vinícius de Zorzi (TNC); 5. Apresentação 2: “O Projeto de Restauração Ecológica em parte da área da sede do Instituto de Zootecnia em Nova Odessa/Americana, SP – Estratégias para Proteção Integral e para Prevenção e Controle de Incêndios”; - Filipe Lindo (SOS Mata Atlântica); 6. Palavra Aberta / Outros Assuntos; 7. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A reunião foi iniciada pelo Sr. Denis Herisson (CATI/SAA), coordenador do GT-Mananciais e pelos Srs. João Demarchi (IZ/APTA), coordenador da CT-RN, e João Baraldi (SR Rio Claro), coordenador da CT-Rural, que agradeceram a presença de todos e desejaram boa reunião. Quanto ao item 2, o Sr. Denis informou aos presentes sobre o envio da minuta de Memória Técnica da 67ª Reunião do GT-Mananciais, realizada em 02/02/2023, junto da convocação e abriu a palavra aos presentes para manifestações sobre o conteúdo. Assim, submeteu a minuta aos membros, sendo aprovada por unanimidade. Quanto ao item 3, o Sr. Denis passou para os informes: a) a Sra. Gabriela Giusti (Agência PCJ) apresentou a situação das inscrições do Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022, para a Política de Mananciais das Bacias PCJ. Informou que foi realizada a inscrição de projetos dos Programas I e II de sete municípios paulistas: Louveira, Analândia, Jundiá, Piracicaba, Limeira, Atibaia e Charqueada. Apresentou cada proposta e a quantidade de propriedades e microbacias abrangidas. Informou que o valor global dos projetos será de R\$2.516.913,28 incluindo as contrapartidas dos municípios no valor de R\$707.405,13. Todos os projetos estão em análise e a resposta será publicada no dia 10/04/23 no site da Agência PCJ. Quanto ao item 4, o Sr. Demarchi convidou o Sr. Vinícius de Zorzi (TNC) que realizou a apresentação “SIMBiOSE entre a sociedade civil e o poder público para o manejo do fogo em uma área prioritária para a conservação da natureza: o caso do município de Atibaia”. O Sr. Vinícius iniciou apresentando mais informações sobre a Organização Não Governamental (ONG) SIMBiOSE, com sede em Atibaia/SP e que tem como missão “buscar promover a organização entre setores, e assim, contribuir diretamente com a conservação colaborativa da Serra do Itapetinga, de seu entorno, além de influenciar positivamente a conservação de outras áreas entendidas como ambientalmente prioritárias”. Informou que a ONG é parceira da Rede Nacional de Brigadas Voluntárias (RNBV). Com isso, almeja se tornar referência regional no desenvolvimento de projetos que conectem paisagens ecológicas, econômica, social, culturalmente e cujo impacto motive transformações políticas públicas e privadas. A apresentação foi dividida em quatro pontos: i. frequência e temporalidade de queimadas e incêndios florestais nas Bacias PCJ; ii.

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 68ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

experiência dos últimos 6 anos de trabalho da Brigada Florestal Itapetinga; iii. Evolução da base conceitual da instituição; iv. E os próximos passos. Apresentou um mapa de frequência e temporalidade de queimas e incêndios florestais nas Bacias PCJ com histórico de incêndios registrado no Programa MapBiomias. Apresentou um mapa de frequência de fogo nas Bacias PCJ de 1985 a 2020, onde apresentou que as 10 cidades com maiores ocorrências de queimadas neste período foram Amparo/SP, Atibaia/SP, Campinas/SP, Indaiatuba/SP, Piracaia/SP, Charqueada/SP, Cordeirópolis/SP, Piracicaba/SP, Rio Claro/SP e Santa Maria da Serra/SP. Informou que comparado com outras regiões, a frequência de incêndios é mais baixa, mas que demanda atenção de todos. Fazendo a mesma análise para a região da Área de Proteção Ambiental (APA) Cantareira, os municípios de Piracaia/SP e Atibaia/SP destacam-se na ocorrência e reincidência de incêndios. Apresentou o histórico da SIMBIOSE no histórico de atuação no combate a incêndios e a articulação com outras instituições locais. A condução do trabalho se deu pelos seguintes passos: i. ação de conhecimento para conservar, com o refinamento do conhecimento sobre o território por meio de diagnóstico que se tornou uma política ambiental e a construção do Plano Municipal de Mata Atlântica e Cerrado do município de Atibaia/SP; ii. engajamento de pessoas e instituições locais, com ação junto ao Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), que resultou na formalização de um Termo de Parceria com a Prefeitura de Atibaia/SP que propiciou a formação de uma Brigada de combate a incêndios com pessoal contratado e com voluntários; iii. Atuação, monitoramento e repercussão dos resultados, com foco na mobilização e esclarecimento sobre os trabalhos realizados pela instituição. O resultado do trabalho foi a redução de 829,77 ha de incêndios com tempo médio de resposta (TR) de 104 minutos em 2017 para 230,75 ha com TR de 31 minutos em 2020. Informou que o estudo foi em uma outra área de atuação para entender o porquê do aumento de incêndios mesmo com ações de combate, onde foi verificado que a biomassa aumentou com o combate e isso aumentava o potencial de incêndios nas áreas. Informou que estão estudando ações de controle planejado de incêndios podendo usar o fogo como prática, mas informou que essa ação demanda conscientização e acordo com instituições responsáveis. Apresentou resultados do estudo sobre a experiência dos últimos seis anos de trabalho da brigada florestal Itapetinga. Os próximos passos na atuação é a busca para redução de riscos, ao invés de danos, e o preparo da sociedade para convivência de maneira menos traumática com o fogo. O Sr. Denis agradeceu a apresentação e abriu para dúvidas e esclarecimentos dos membros. Solicitaram a palavra os Srs. Rodrigo Sanches (MPSP-GAEMA), Henrique Bracale (TNC), Eduardo Paniguel (Consórcio PCJ) e Denis Herisson (CATI/SAA) que discutiram sobre a escala hierárquica e geográfica do trabalho do combate aos incêndios, uso de dados do CAR para avaliação de ocorrências e recorrências de incêndios, correlação da proximidade de incêndios e estradas, obrigação de disponibilização de equipes de combate a incêndios em rodovias concedidas, obrigatoriedade de instalação de placas informando procedimentos de aviso em caso de incêndios em áreas marginais de estradas, inclusão do capítulo manejo de fogo dentro dos Planejamentos Integral das Propriedades (PIP), engajamento de voluntários nos municípios para formação de brigadas de combate a incêndios, manutenção da motivação de brigadistas em tempos úmidos quando cai a ocorrência de incêndios, formas de seleção e treinamento de brigadistas, hierarquia dos brigadistas em ações de combate a incêndios. Quanto ao item 5, o Sr. Demarchi convidou o Sr. Filipe Lindo Silva (SOS Mata Atlântica) que realizou a apresentação “O Projeto de Restauração Ecológica em parte da área da sede do Instituto de Zootecnia em Nova Odessa/Americana, SP – Estratégias para Proteção Integral e para Prevenção e Controle de Incêndios”. O Sr. Filipe informou que a SOS Mata Atlântica tem como missão “inspirar a sociedade na defesa da Mata Atlântica” e que as prioridades de ação são as mudanças climáticas, restauração florestal, áreas protegidas e água limpa. Apresentou um mapa do Instituto de Zootecnia (IZ) em Nova Odessa/SP, que recebeu vários projetos de restauração em diversos módulos abrangendo 108 ha, sendo realizado até o momento a restauração de 62 ha, envolvendo a implantação de 154.755 mudas, com recursos vindo de projetos de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCRA) firmado entre empreendedores e a CETESB. As ações

011.04.02.006

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 68ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

	são gerenciadas pela SOS Mata Atlântica. Em 2020, a área sofreu com queimadas abrangendo 292 ha, sendo 15,73 ha de área em processo de restauração. Com base nessa ocorrência, foram implementadas ações de: i. replantio na área afetada; ii. criação do Plano de Auxílio Mútuo (PAM) e Plano de prevenção e combate a incêndios florestais (PPCI); e iii. criação de seguro para projetos de restauração florestal. Entre os desafios, destacou os treinamentos de brigadistas, criação do PPCI (com mapas, ações, procedimentos de acesso, combate e prevenção), compra de equipamentos de proteção individual e de combate a incêndios e contatos com possíveis parceiros entre instituições vizinhas e regionais da área. Assim, com essas ações, o Sr. Filipe destacou o interesse em completar a restauração dos 108 ha, ser um exemplo de prevenção de incêndios em áreas florestais de regiões urbanizadas, formação do maior fragmento de vegetação nativa da região com 300 ha e a possível criação de área de uso público e científico. O Sr. Demarchi agradeceu a apresentação e abriu para dúvidas e esclarecimentos dos membros. Solicitaram a palavra os Srs. Denis Herisson (CATI/SAA), João Baraldi (SR Rio Claro), Rodrigo Sanches (MPSP-GAEMA), Henrique Bracale (TNC), João Demarchi (IZ/APTA) e Vinícius De Zorzi (TNC) que discutiram sobre a importância da criação de mais ferramentas de seguros para projetos restauração e participação do poder público no apoio ou subsídio do prêmio, estratégia de construção de aceiros e outras iniciativas para controle do avanço de queimadas, uso de pequenos veículos adaptados para rápida resposta a combate de focos de incêndios, custo do prêmio de seguros para reflorestamento, critério para modelagem do seguro, forma de atuação do Corpo de Bombeiros em controle de incêndios em áreas urbanas e florestais e a importância de se criar um PPCIF para as áreas restauradas. Quanto ao item 6, o Sr. Denis abriu espaço para outros assuntos e o Sr. Demarchi convidou o Sr. Alexandre A. Spadoni Pereira (Formativa Assessoria Ambiental) que apresentou o resultado preliminar sobre diagnóstico da situação dos mananciais de recursos hídricos para o município de Nova Odessa/SP, contratado pela CODEN. O Sr. Alexandre informou que o resultado foi positivo, mas que demanda ações de restauração e conservação florestal para as nove microbacias existentes no município. Destacou que serão necessárias ações para controle de espécies exóticas e recuperação de matas ciliares. Informou que foi elaborado um Guia para preservação dos mananciais do município de Nova Odessa/SP. O Sr. Demarchi convidou o Sr. Alexandre para apresentar o resultado do trabalho quando da divulgação do Guia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis Herisson (CATI/SAA) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.
Próxima reunião:	69ª Reunião – 12/05/2023 às 9h.
Observações:	Política de Mananciais dos Comitês PCJ - link Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 002/2022 - link Site da Agência PCJ - Proteção de Mananciais PCJ - link Site MapBiomias - link Monitor do Fogo MapBiomias - link Site TNC - link Site SIMBiOSE - link Site Rede Nacional de Brigadas Voluntárias RNBV - link Plano de Trabalho da Gestão do Parque Natural da Grota Funda (2019) - link Apresentação do Sr. Vinícius de Zorzi (TNC) - link Plano de prevenção e combate a incêndios florestais PPCIF - link Site do CODEN - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)

1	Adriana Sacioto Marcantonio, (APTA/SAA/)
---	--

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 68ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

2	Alexandre Spadoni (Sem registro de entidade)
3	Allan Campos, (Agência das Bacias PCJ)
4	Bruna Petrini, (Agência das Bacias PCJ)
5	Denis Herisson da Silva, (CATI)
6	Eduardo Paniguel Oliveira, (Consórcio PCJ)
7	Fabio Coca, (Agência das Bacias PCJ)
8	Felipe Requena, (Agência das Bacias PCJ)
9	Fernanda Peruchi (IPA/SEMIL)
10	Filipe Lindo Silva (SOS Mata Atlântica)
11	Gabriela Giusti, (Agência das Bacias PCJ)
12	Henrique Bracale, (TNC Brasil)
13	João José Assumpção de Abreu Demarchi, (IZ/APTA)
14	João Primo Baraldi, (Sindicato Rural de Rio Claro)
15	Leonardo Baumgratz, (Agência das Bacias PCJ)
16	Luiza Ferreira (ONG Jaguatibaia)
17	Marina Peres Barbosa, (Agência das Bacias PCJ)
18	Rodrigo Mondini, (Consórcio PCJ)
19	Rodrigo Sanches Garcia (GAEMA Campinas)
20	Petrus Weel, (Cooperativas de Holambra)
21	Simone Raymundo Oliveira (IZ/APTA/SAA)
22	Tiago Georgette, (Agência das Bacias PCJ)
23	Vinícius Gaburro De Zorzi (TNC)

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.